

Negresco S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanco patrimonial	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Relatório da Administração – 1º Semestre de 2022

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras da *Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”)*, bem como as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, relativas ao primeiro semestre de 2022.

Cenário Econômico

No primeiro semestre de 2022, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) foi de 5,49% e o relatório Focus aponta que o índice fechará o ano em 7,54% sendo que a meta estabelecida pelo Banco Central é de 3,5% para o ano de 2022. A taxa básica de juros (Selic), que iniciou o ano em 9,25%, teve sequência de aumentos e terminou o semestre em 13,25%.

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), de junho de 2022, 77,3% das famílias relataram ter dívidas a vencer. O resultado apontou queda de 0,1 p.p. em relação ao mês anterior, porém, 7,6 p.p. superior ao mês de junho de 2021. A inadimplência apresentou queda de 0,2 p.p., a primeira desde setembro de 2021, e atinge 28,5% das famílias.

Para 2022, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 7,54% no ano, a taxa SELIC em 13,75% e o PIB com crescimento de 1,75%.

No primeiro semestre, a pandemia de COVID-19 completou dois anos e teve início a guerra da Ucrânia. O lockdown severo adotado por alguns países afetou a cadeia produtiva no mundo e foi agravado com o início da guerra, porém, esses efeitos não afetaram significativamente as atividades da Financeira que se adaptou com as regras estipuladas pelos órgãos de saúde e convive perfeitamente com o trabalho remoto revezado com o trabalho presencial.

A Financeira continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional

A Financeira vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido

A Financeira, no semestre findo em 30 de junho de 2022, apurou lucro de R\$ 1,84 milhão contra R\$ 13,36 milhões no mesmo período de 2021. O resultado foi afetado pelo aumento da inadimplência e, também, da taxa Selic. O Patrimônio líquido encerrou o semestre totalizando R\$ 77,09 milhões.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro.

Em 11 de janeiro de 2022, foram pagos R\$ 1,1 milhão de dividendos obrigatórios de 2021 e, em 1º de fevereiro de 2022, foram pagos R\$ 13,08 milhões referente ao saldo do lucro apurado no ano de 2021.

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital

Em março de 2019, a Financeira fez a opção pela utilização da metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}), conforme as Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional. Foi aprovado e executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios aprovados pela Diretoria. Os documentos de gerenciamentos de riscos aprovados, no início de 2018, estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e, quando necessários, atualizados. Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 26 e no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da Financeira sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 24 de agosto de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Diretores da

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Andre Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	177	219
Instrumentos financeiros		198.354	202.372
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	12.840	21.717
Operações de crédito - setor privado	7	240.270	233.096
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(54.756)	(52.441)
Outros ativos	6	1.299	1.983
Créditos tributários	8	8.040	7.745
Garantias judiciais	16	1.031	1.732
Impostos e contribuições a compensar	5	209	194
Investimentos		5	-
Imobilizado	9	452	561
Imobilizado em uso		6.804	6.771
Depreciação acumulada		(6.352)	(6.210)
Intangível	10	44	35
Licenças e direitos		671	651
Amortização acumulada		(627)	(616)
Total do ativo		209.611	214.841
PASSIVO	Nota explicativa	30/06/2022	31/12/2021
Valores financiados a repassar	11	1.617	1.295
Contas a pagar	12	2.134	1.614
Obrigações societárias		-	1.106
Fiscais e previdenciárias	13	1.320	5.243
Outros passivos		18	21
Provisões - outras	14	2.614	1.791
Depósitos e demais instrumentos financeiros	17	121.091	110.156
Participação no resultado (empregados)	15	640	1.285
Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	16	3.087	3.997
Patrimônio líquido	19	77.090	88.333
Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
Reserva legal		7.036	6.944
Reserva especial de lucros		13.944	27.030
Lucros acumulados		1.751	-
Total do passivo		209.611	214.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações de resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da intermediação financeira		82.363	80.305
Operações de crédito	7	73.235	72.599
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	7.d.1	7.911	7.325
Receitas de aplicações interfinanceiras	4	1.217	381
Despesas da intermediação financeira		(10.376)	(4.124)
Operações de captação no mercado	17.a.2	(7.676)	(2.106)
Descontos concedidos nas operações de crédito	7.d.1	(2.700)	(2.018)
Resultado da intermediação financeira		71.987	76.181
Outras receitas operacionais		1.935	3.024
Receita de prestação de serviços	20	1.823	1.580
Lucro na venda de operações de crédito	7.d.1	-	1.283
Outras receitas operacionais		112	161
Principais despesas operacionais		(30.664)	(29.542)
Despesas com pessoal	21	(11.986)	(11.522)
Despesas administrativas	22	(15.038)	(14.209)
Despesas tributárias	23	(3.369)	(3.515)
Outras despesas operacionais		(271)	(296)
Despesas de provisões		(40.350)	(28.640)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d.1	(40.846)	(29.094)
Provisão para contingências trabalhistas	16.b	798	427
Provisão para contingências cíveis	16.b	112	55
Outras provisões		(414)	(28)
Resultado operacional		2.908	21.023
Resultado antes dos tributos e participações		2.908	21.023
Imposto de renda e contribuição social	24	(1.065)	(7.664)
Contribuição Social e Imposto de Renda correntes		(1.360)	(10.530)
Contribuição Social e Imposto de Renda diferidos		295	2.866
Lucro líquido do semestre		1.843	13.359
Quantidade de ações no fim do período		54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período		34	246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do semestre	<u>1.843</u>	<u>13.359</u>
Outros resultados abrangentes do período	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u><u>1.843</u></u>	<u><u>13.359</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		<u>Reservas de lucros</u>				
	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>54.359</u>	<u>6.009</u>	<u>13.943</u>	<u>-</u>	<u>74.311</u>
Lucro líquido do semestre		-	-	-	13.359	13.359
Destinações						
Reserva Legal	19.b	-	668	-	(668)	-
Dividendos	19.c	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021		<u>54.359</u>	<u>6.677</u>	<u>13.943</u>	<u>12.691</u>	<u>87.670</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>54.359</u>	<u>6.944</u>	<u>27.030</u>	<u>-</u>	<u>88.333</u>
Lucro líquido do semestre		-	-	-	1.843	1.843
Destinações						
Reserva Legal	19.b	-	92	-	(92)	-
Dividendos	19.c	-	-	(13.086)	-	(13.086)
Saldos em 30 de junho de 2022		<u>54.359</u>	<u>7.036</u>	<u>13.944</u>	<u>1.751</u>	<u>77.090</u>
Mutações do semestre		<u>-</u>	<u>92</u>	<u>(13.086)</u>	<u>1.751</u>	<u>(11.243)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	43.175	40.016
Lucro líquido do semestre	1.843	13.359
Ajustes ao lucro líquido		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (295)	(2.866)
Depreciações e amortizações	9/10 155	147
Provisão para perdas esperadas em operações de crédito	7.d1 40.846	29.094
Apropriação da despesa antecipada	186	139
Provisão (reversão) de passivos contingentes	16.b 26	171
Provisão (reversão) - outras	414	(28)
Variações em ativos e passivos		
(Aumento) redução em instrumentos financeiros - operações de crédito	(45.705)	(32.782)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a compensar	(15)	(28)
(Aumento) redução em outros ativos	84	1.049
(Aumento) redução em garantias judiciais	701	(61)
Aumento (redução) em contas a pagar	520	(26)
Aumento (redução) em obrigações societárias	(1.106)	-
Aumento (redução) em valores financiados a repassar	322	(218)
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	1.197	10.125
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais	10.935	(1.072)
Aumento (redução) em participações no resultado (funcionários)	(645)	(541)
Aumento (redução) em provisão trabalhistas (férias e 13º salário)	823	684
Aumento (redução) em contingências	(936)	(653)
Aumento (redução) em passivos diversos	(3)	52
CSLL e IRPJ pagos no período	(5.120)	(5.304)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.227	11.241
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimento	(5)	-
(Aquisição) alienação de imobilizado	(55)	(12)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(60)	(12)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	19 (13.086)	(2.042)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(13.086)	(2.042)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes a caixa	(8.919)	9.187
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre	4 21.936	22.928
Caixa e equivalentes a caixa no fim do semestre	4 13.017	32.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), companhia fechada, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. A sede da Financeira fica na rua João Bettega, 830, bairro Portão – Curitiba – Paraná. O presidente da companhia é o Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho e, também, o acionista majoritário. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

Desde o início da pandemia da COVID-19, em meados de março de 2020, a Financeira passou a adotar as orientações dos agentes de saúde, tais como, distanciamento social, medidas de higiene e todos os funcionários foram orientados a realizarem seus trabalhos em suas residências. Aqueles que tinham condições técnicas passaram a trabalhar remotamente, mesmo que o sindicato dos trabalhadores permitisse que até 30% dos empregados comparecessem ao local trabalho.

Atualmente, menos de 50% do quadro de funcionários estão realizando seu trabalho nas dependências da Financeira, num processo de revezamento. Vale destacar que a atividade da Financeira não é de atendimento ao público em suas dependências. As atividades são através de lojistas (correspondentes no país) e os pagamentos são feitos na rede bancária.

Quanto ao impacto nas demonstrações financeiras, a Administração vem acompanhando as gerações de operações de crédito e inadimplência e, pelo números apurados, há indícios de que a inadimplência permaneça nos mesmos índices do segundo semestre de 2021. Tais expectativas estão refletidas na revisão do orçamento.

O quadro de inadimplência é atribuído à demora na retomada das atividades econômicas e ao aumento da inflação no período.

A Financeira vai continuar atenta aos acontecimentos e tomará todas as medidas para proteger a integridade dos funcionários, clientes, parceiros de negócio e toda a comunidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 24 de agosto de 2022, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pela Diretoria. A Diretoria da Financeira foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

b. Moeda funcional

A moeda funcional da Financeira é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC nº 03 (R2) - Demonstração de Fluxos de Caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Operações de crédito

Estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

Depósitos e demais instrumentos financeiros.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo, a menos que não tenham ainda 180 dias de atraso, e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas inicialmente no mínimo em “A” conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

De acordo com o CPC 01 - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificados evidências de *impairment* nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

g. Ativo intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de “*impairment*”.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do semestre.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

h. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%, considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

A Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022 alterou a lei 7.689 de 15/12/1988. A majoração vai afetar a Contribuição Social de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022 elevando-a de 15% para 16%.

Este aumento da alíquota impactou os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias que têm expectativa de realização no segundo semestre de 2022.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

k. Lucro por ação

O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

l. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Financeira e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira, de acordo com Resolução BACEN nº 2, de 27 de novembro de 2020, a Financeira passou a divulgar de forma segregada em nota explicativa os resultados não recorrentes. A Financeira estabelece critérios para determinação do resultado não recorrente, os quais levam em consideração a avaliação e identificação de resultados que não estejam relacionados às atividades operacionais típicas da Financeira, e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4 Caixa e equivalentes a caixa

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades	177	219
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>12.840</u>	<u>21.717</u>
Total	<u>13.017</u>	<u>21.936</u>

As aplicações interfinanceiras foram contratadas com taxas entre 96% e 99,8% do DI (Certificado de Depósito Interbancário), todas com vencimento para o dia 1º de julho de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 as aplicações interfinanceiras foram contratadas com as mesmas taxas e com vencimento para 03 de janeiro de 2022).

A financeira auferiu, no semestre findo em 30 de junho de 2022, receita com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 1.217 (R\$ 381 em 30 de junho de 2021).

5 Impostos e contribuições a compensar

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de Renda	10	-
Contribuição Social	4	-
COFINS ⁽ⁱ⁾	162	162
Outros	33	32
Total	<u>209</u>	<u>194</u>

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS foi originado em processo transitado em julgado e foi compensado quase na totalidade mas restou um saldo após a Receita Federal do Brasil ter ingressado com ação rescisória. O processo está sobrestado aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal sobre outra ação afetada pelo rito de repercussão geral.

	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado:	14	195

6 Outros ativos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber – Bancos	-	576
Contas a receber – Lojistas	327	538
Adiantamento de benefícios	325	325
Adiantamento de 13º salário	384	-
Despesas antecipadas	276	103
Adiantamento de PLR	-	286
Adiantamento de férias	7	155
Outros valores	62	83
Provisão para perdas (contas a receber lojistas)	(82)	(83)
Total	<u>1.299</u>	<u>1.983</u>

	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado:	1.269	30

7 Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	30/06/2022	31/12/2021
Operações de crédito:		
Empréstimos	29.246	29.203
Financiamentos	210.665	203.782
Capital de giro	359	111
Subtotal	240.270	233.096
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(54.756)	(52.441)
Total	185.514	180.655
	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado (líquido):	177.174	8.340

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	30/06/2022		31/12/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:				
Pessoa física	239.906	99,85%	232.981	99,95%
Comércio	363	0,15%	115	0,05%
Outros serviços	1	0,00%	-	0,00%
Total	240.270	100,00%	233.096	100,00%

c. Composição por prazo de vencimento

	30/06/2022		31/12/2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	52.152	21,71%	51.414	22,06%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	86.295	35,92%	83.217	35,70%
De 90 a 360 dias	93.230	38,80%	90.304	38,74%
Acima de 360 dias	8.593	3,57%	8.161	3,50%
Total	240.270	100,00%	233.096	100,00%

A taxa média praticada no semestre pela Financeira foi de 13,3% (13,59% em 31 de dezembro de 2021) ao mês para empréstimo e de 6,26% (6,16% em 31 de dezembro de 2021) ao mês para financiamento. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 73.235 (R\$ 72.599 em 30 de junho de 2021).

d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

d.1 Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	1º semestre de 2022	2º semestre de 2021	1º semestre de 2021
Saldo do início do período	(52.441)	(38.563)	(43.356)
Constituição (líquida de reversão)	(40.846)	(38.139)	(29.094)
Baixa para prejuízo	38.531	24.261	33.887
Saldo final do período	(54.756)	(52.441)	(38.563)

Foram recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2022, créditos no valor de R\$ 7.911 milhões (R\$ 7.325 milhões em 30 de junho de 2021), registrados como receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo, na rubrica de receitas da intermediação financeira.

Foram concedidos R\$ 2.700 milhões de descontos nos recebimentos (R\$ 2.018 milhões em 30 de junho de 2021) lançados na rubrica despesas da intermediação financeira.

Em 22 de março de 2021, a Financeira firmou contrato de cessão de crédito, referente parte da carteira de recebíveis, vencidos há mais de 5 (cinco) anos. A transação foi efetuada com a cessionária Barra Recovery Securitizadora de créditos S/A. Em 24 de março, a cessão foi efetivada e foram baixados 197.074 contratos com totais de R\$ 212 milhões em valor nominal e R\$ 1,279 milhão em valor de cessão e este valor foi quitado no mesmo dia pela cessionária.

Abaixo, um resumo das transações que geraram os montantes registrados na rubrica de lucro na venda de operações de crédito:

	Saldo curva	Deságio	Resultado líquido
Cessão de carteira prejuízo (Barra Recovery)	178.267	(176.988)	1.279
Outras cessões carteira prejuízos	5	-	5
Total	178.272	(176.988)	1.284

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 não houve renegociação de operações de crédito.

d.2 Composição da carteira por nível de risco

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 30 de junho de 2022

Empréstimo / Financiamento

Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Capital de Giro	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	15.190	-	130.737	145.927	730
B	Normal	1,00%	1.474	-	9.514	10.988	110
	Vencido	1,00%	284	-	1.551	1.835	18
C	Normal	3,00%	927	359	6.351	7.637	229
	Vencido	3,00%	329	-	1.690	2.019	61
D	Normal	10,00%	740	-	4.350	5.090	509
	Vencido	10,00%	505	-	2.156	2.661	266
E	Normal	30,00%	518	-	3.362	3.880	1.164
	Vencido	30,00%	539	-	2.597	3.136	941
F	Normal	50,00%	448	-	3.142	3.590	1.795
	Vencido	50,00%	690	-	3.524	4.214	2.107
G	Normal	70,00%	389	-	2.782	3.171	2.220
	Vencido	70,00%	853	-	4.201	5.054	3.538
H	Normal	100,00%	920	-	6.916	7.836	7.836
	Vencido	100,00%	5.440	-	27.792	33.232	33.232
Total			29.246	359	210.665	240.270	54.756

Posição em 31 de dezembro de 2021

Empréstimo / Financiamento

<u>Nível de Risco</u>	<u>Situação</u>	<u>% de Provisão</u>	<u>Empréstimo</u>	<u>Capital de Giro</u>	<u>Financiamento</u>	<u>Total</u>	<u>Valor da Provisão</u>
A	Normal	0,50%	14.753	-	124.387	139.140	696
B	Normal	1,00%	1.405	-	9.770	11.175	112
	Vencido	1,00%	283	-	1.517	1.800	18
C	Normal	3,00%	1.207	111	7.038	8.356	251
	Vencido	3,00%	432	-	1.903	2.335	70
D	Normal	10,00%	830	-	4.906	5.736	573
	Vencido	10,00%	550	-	2.386	2.936	293
E	Normal	30,00%	564	-	3.814	4.378	1.313
	Vencido	30,00%	581	-	2.979	3.560	1.068
F	Normal	50,00%	426	-	2.901	3.327	1.664
	Vencido	50,00%	652	-	3.307	3.959	1.979
G	Normal	70,00%	331	-	2.162	2.493	1.745
	Vencido	70,00%	758	-	3.382	4.140	2.898
H	Normal	100,00%	865	-	6.213	7.078	7.078
	Vencido	100,00%	5.566	-	27.117	32.683	32.683
Total			29.203	111	203.782	233.096	52.441

8 Créditos tributários

A Financeira registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisão para riscos cíveis e trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

	30/06/2022	31/12/2021
Origem dos créditos tributários		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.555	6.065
Provisão para contingências trabalhistas	669	988
Provisão para contingências cíveis	566	611
Outros	250	81
Total	8.040	7.745
	Até 12 meses	Após 12 meses
Montante a ser realizado:	6.340	1.700

No período findo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo Inicial		Utilização	Saldo Final
	31/12/2021	Constituição	/Reversão	30/06/2022
Imposto de renda				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.790	3.575	(3.322)	4.043
Provisão para contingências	1.000	110	(337)	773
Outras provisões	51	156	(53)	154
Créditos Tributários de IRPJ	4.841	3.841	(3.712)	4.970
Contribuição social				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.275	2.230	(1.993)	2.512
Provisão para contingências	599	65	(202)	462
Outras provisões	30	98	(32)	96
Créditos Tributários de CSLL	2.904	2.393	(2.227)	3.070
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	7.745	6.234	(5.939)	8.040

Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução CMN nº 4.842/2020, as instituições financeiras devem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2022, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas

premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	30/06/2022	31/12/2021
Expectativa de Realização:		
2022	6.035	5.681
2023	305	573
2024	567	593
2025	567	898
2026	566	-
Total	8.040	7.745

O valor presente do crédito tributário em 30 de junho de 2022 é de R\$ 6.579 (R\$ 6.610 em 31 de dezembro de 2021), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 15,78% (10,98% em 31 de dezembro de 2021) ao ano para os períodos correspondentes.

A majoração da alíquota da contribuição social, que vigorará no período de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022 e passará de 15% para 16%, foi aplicada sobre as diferenças temporárias cuja realização deverá ocorrer no segundo semestre de 2022 e aumentou o resultado do período em R\$ 90.

Créditos tributários não registrados

A Financeira não possui créditos tributários não registrados em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

9 Imobilizado de uso

	30/06/2022			31/12/2021
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Instalações	420	(409)	11	14
Móveis e equipamentos	6.333	(5.924)	409	510
Outros	51	(19)	32	37
Total	6.804	(6.352)	452	561

Movimentações do imobilizado em uso:

	Instalações	Móveis e Equipamentos	Outros	Total
Saldo inicial	14	510	37	561
Aquisição	-	39	-	39
Baixa	-	(4)	-	(4)
Depreciação	(3)	(136)	(5)	(144)
Saldo final	11	409	32	452

10 Intangível

	30/06/2022			31/12/2021
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Licenças e direitos	671	(627)	44	35
Total	671	(627)	44	35

Movimentações do intangível:

	Licenças
Saldo inicial	35
Aquisição	20
Depreciação	(11)
Saldo final	44

11 Valores financiados a repassar

Tratam-se de valores financiados e efetivados nos últimos dias do semestre que serão repassados aos lojistas nos primeiros dias de julho., no montante de R\$ 1.617 (R\$ 1.295 em 31 de dezembro de 2021).

12 Contas a pagar

Referem-se a serviços prestados por lojistas, assessorias de cobrança, auditoria e outras contas a pagar.

	30/06/2022	31/12/2021
Serviços prestados a pagar	1.197	719
Contas a pagar	932	890
Outros	5	5
Total	2.134	1.614

13 Fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
COFINS	466	485
Contribuição social	-	1.975
Imposto de renda pessoa jurídica	-	1.771
INSS	300	306
FGTS	67	107
PIS	76	79
Imposto de renda retido na fonte e outras retenções	390	502
Outras	21	18
Total	<u>1.320</u>	<u>5.243</u>

14 Provisões – outras

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para férias	1.513	1.594
Provisão para 13º salário	488	-
Provisão para dissídio coletivo	402	-
Provisão para 13ª cesta alimentação	57	-
Provisão para despesas diversas	154	197
Total	<u>2.614</u>	<u>1.791</u>

15 Participação no resultado (empregados)

Pela convenção sindical da categoria, é devido a participação nos lucros e resultados (PLR) aos empregados em efetiva atividade no final do exercício e, também, para os empregados desligados a partir de 02 de maio, desde que a admissão tenha ocorrido em exercício anterior. O valor do PLR é de 90% do salário, acrescido do valor fixo de R\$ 3.141,27 (três mil, cento e quarenta e um reais e vinte sete centavos) e limitado ao teto de R\$ 14.991,48 (quatorze mil, novecentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos). Após a apuração do teto, será acrescida uma parcela adicional de R\$ 628,26 (seiscentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos). Estarão isentas do pagamento do PLR as financeiras que apurarem prejuízo no final do exercício.

O pagamento será em duas parcelas, um adiantamento de R\$ 1.884,77 (hum mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos) para cada empregado até o dia 20 de setembro de 2022 e o saldo deverá ser quitado até o dia 02 de março do ano seguinte.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o valor acumulado a pagar foi R\$ 640 (R\$ 1.285 em 31 de dezembro de 2021).

A convenção sindical da categoria prevê reajuste de salários e benefícios no mês de junho. Como não houve acordo até a data estipulada, foi provisionado o valor de R\$ 44, com base no índice do INPC acumulado de junho de 2021 até maio de 2022, para atualização da participação no resultado.

16 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas.

a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

	30/06/2022		31/12/2021	
	Provisões	Depósito Judicial	Provisões	Depósito Judicial
Contingências cíveis	1.415	454	1.527	380
Contingências trabalhistas	1.672	577	2.470	1.352
Total	3.087	1.031	3.997	1.732

Estima-se um prazo de até 3 (três) anos para a exigibilidade total das ações cíveis e trabalhistas.

b. Movimentação dos passivos contingentes

Movimentações das contingências	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	1.527	2.470	3.997
Adições / atualizações monetárias	263	177	440
Reversão	(281)	(133)	(414)
Pagamento	(94)	(842)	(936)
Saldo final em 30 de junho de 2022	1.415	1.672	3.087
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	1.399	2.842	4.241
Adições / atualizações monetárias	224	207	431
Reversão	(137)	(124)	(261)
Pagamento	(142)	(510)	(652)
Saldo final em 30 de junho de 2021	1.344	2.415	3.759

c. Processos cíveis classificados como possíveis

A Financeira é parte em 65 processos cíveis (53 em 31 de dezembro de 2021) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R\$ 544 (R\$ 438 em 31 de dezembro de 2021). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.

d. Processos trabalhistas classificados como possíveis

A Financeira é parte em 13 processos trabalhistas (2 em 31 de dezembro de 2021) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R\$ 530 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2021). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

O aumento no número e no montante de processos classificados com perda possível ocorreu em razão de um correspondente no país (já desligado) ter solicitado recuperação judicial.

e. Processos fiscais classificados como possíveis

A Financeira, sucessora por incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sobre enquadramento de serviços prestados nos códigos 01.03 e 10.09 cujas alíquotas são de 3% e 2%, respectivamente. A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração atualizado é de R\$ 151 (R\$ 144 em 31 de dezembro de 2021).

A Receita Federal não acolheu as razões apresentadas na manifestação de inconformidade apresentada pela Financeira e manteve o despacho decisório que não homologou a compensação de crédito por pagamento indevido de COFINS, em janeiro de 2013. O crédito é comprovado pela declaração DACON e pelos registros contábeis. O jurídico da Financeira entende que é possível reverter a situação e, assim, interpôs Recurso Voluntário perante à Receita Federal. O montante atualizado do débito compensado e não homologado é de R\$ 104 mil (sem valor em 31 de dezembro de 2021).

O escritório jurídico, contratado pela Financeira, entende que não se trata de obrigação legal, portanto, os processos foram classificados corretamente nos respectivos códigos e possuem risco de perda *possível*.

17 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Recursos de aceites cambiais

Foram contratados no país, sendo remunerados entre 110% e 200% do DI e, também, taxa pré-fixada de 8% ao ano em 2022 e 2021. Alguns títulos são emitidos com liquidez e os demais sem liquidez. Considerando que todos os investidores que possuem títulos com liquidez resgatassem suas aplicações nos três primeiros meses do segundo semestre de 2022 os fluxos de caixa ficariam conforme demonstrado no primeiro quadro abaixo.

Do total das captações, 80,6% são com partes relacionadas (76,87% em 31 de dezembro de 2021).

a.1. Composição por vencimento dos recursos de aceites cambiais

30/06/2022				
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de aceites cambiais	60.904	502	59.685	121.091
Total				121.091

31/12/2021				
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Recursos de aceites cambiais	44.054	10.084	56.018	110.156
Total				110.156

a.2. Reconhecimento de despesas de operações de depósitos e demais instrumentos financeiros

	30/06/2022	30/06/2021
Recursos de aceites cambiais	7.603	2.035
Fundo Garantidor de Crédito	73	71
Total	7.676	2.106

O aumento significativo das despesas de captações ocorreu devido ao aumento da taxa Selic, que no primeiro semestre de 2021 ficou entre 2% e 4,25% e entre 9,25% e 13,25% no primeiro semestre de 2022.

18 Transações com partes relacionadas

Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes e referem-se basicamente a captações, cujos prazos de vencimento e taxas de remuneração estão apresentados na nota explicativa 17, e os saldos são assim resumidos:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021		30/06/2021	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Recursos de aceites cambiais	(97.597)	(6.160)	(84.679)			(1.314)
Orlando Otto Kaesemodel Filho	(59.993)	(3.656)	(46.490)			(769)
Orlando Otto Kaesemodel Neto	(2.784)	(204)	(2.163)			(32)
Guilherme Slaviero Kaesemodel	(4.018)	(250)	(3.610)			(54)
Antônio João Beal	(279)	(67)	(1.188)			(11)
José Gilberto Beal	-	-	-			(3)
João Carlos Pereira	(69)	(4)	(27)			-
Sergio Shozi Yamamoto	(90)	(6)	(85)			(3)
Rafaela P. Muggiati Kaesemodel	(1.324)	(73)	(854)			(11)
Giuliana Gasparin Lucchesi Kaesemodel	(52)	(3)	(40)			-
Empreendimentos Florestais Cambijú Ltda	(6.112)	(439)	(7.283)			(79)
Kaesemodel Gastronomia EIRELI	-	-	-			(1)
Negresco Administração e Participações Ltda	(17.144)	(1.094)	(17.024)			(272)
Negresco Serviços de Cobrança Ltda	(1.680)	(104)	(1.622)			(23)
Oelo Locação de Equipamentos Eletrônicos Ltda	(2.109)	(128)	(1.882)			(28)
Transesp Comércio de Imóveis Ltda	(1.943)	(132)	(2.411)			(28)
Remuneração da administração		(1.341)				(1.191)

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 54.359 (R\$ 54.359 em 31 de dezembro de 2021), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas sem valor nominal.

As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	27.723	51,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	13.318	24,50%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	13.318	24,50%
Total	54.359.021	54.359	100,00%

As ações com direito a voto, juros sobre o capital próprio e dividendos estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Ações com usufruto	Ações com direito a voto	Participação com direito a voto
Orlando Otto Kaesemodel Filho	27.723.141	23.374.360	51.097.501	94,00%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	13.317.940	(11.687.180)	1.630.760	3,00%
Total	54.359.021	-	54.359.021	100,00%

b. Reserva legal

Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No semestre, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 92 (R\$ 668 em 30 de junho de 2021).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme política de distribuição de dividendos, o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida é lançado na rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com a Resolução CMN nº 4.872 de 27 de novembro de 2020.

Em 14 de janeiro de 2021, foram pagos R\$ 2.042 de dividendos obrigatórios de 2020, cujo valor está em conformidade com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.820/2020, com redação atualizada pelo Resolução CMN nº 4.885/2020.

A Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, vedou a distribuição de dividendos do exercício de 2020 e, assim, a Financeira deixou de distribuir o montante de R\$ 13.944 do lucro de 2020 que está aguardando definição do Banco Central do Brasil.

Em 11 de janeiro de 2022, foi pago o saldo dos dividendos obrigatório de 2021 no montante de R\$ 1,1 milhão.

Em ata da assembleia geral extraordinária, de 19 de janeiro de 2022, foi aprovada a distribuição de lucro de 2021 no montante de R\$ 13.086 e foram pagos em 1º de fevereiro de 2022.

20 Receita de prestação de serviços

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito no montante de R\$ 1.823 (R\$ 1.580 em 30 de junho de 2021).

21 Despesas de Pessoal

	30/06/2022	30/06/2021
Proventos	5.103	4.977
Benefícios	2.259	1.977
Encargos sociais	1.903	1.870
Pró-labore	820	700
Participação nos lucros e resultados	640	629
Indenizações	847	535
Provisão para férias e 13º salário	409	685
Treinamentos	5	149
Total	11.986	11.522

22 Despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Serviços de terceiros	4.814	5.429
Técnicos especializados	5.474	4.532
Serviços dos sistemas financeiros	1.325	1.244
Consultas cadastrais	1.540	1.250
Processamento de dados	410	431
Locação de imóveis	413	378
Comunicação	333	340
Consumo de energia elétrica e água	137	101
Despesas com viagens	92	72
Outros	500	432
Total	15.038	14.209

23 Despesas tributárias

	30/06/2022	30/06/2021
COFINS	2.748	2.903
PIS	447	472
ISS	92	79
Outros	82	61
Total	3.369	3.515

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2022	30/06/2021
Impostos correntes:		
Imposto de renda	845	6.577
Contribuição social	515	3.953
Total	1.360	10.530
Impostos Diferidos		
Imposto de renda	(128)	(1.333)
Contribuição social	(167)	(1.533)
Total	(295)	(2.866)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.065	7.664

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL	2.908	21.023
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (40%)	(1.163)	(8.409)
(Adições) exclusões permanentes:		
Adições permanentes	(4)	-
Exclusões permanentes	-	-
Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes	(1.167)	(8.409)
Diferença de 5% na alíquota da CSLL sobre diferença temporárias	-	733
Diferença de 1% na alíquota da CSLL sobre diferença temporárias	90	-
Outros	12	12
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	(1.065)	(7.664)

25 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

26 Gerenciamento de riscos

A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais são: risco operacional, risco socioambiental e risco de crédito.

Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios, além de outros riscos relevantes.

Até fevereiro de 2019, a Financeira estava enquadrada no segmento 4 (S4). Em março de 2019, a Financeira optou pelo enquadramento no segmento 5 (S5) já que se enquadra nos requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.606, de 19 de outubro de 2017.

Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.

A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem normas e padrões a serem observados no processo de concessão e gestão de crédito. A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação.

A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.

A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução CMN nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.

Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Também questões legais associadas à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O risco operacional da Financeira compreende as categorias a seguir:

- Processos e operações;
- Segurança da informação;
- Pessoas;
- Tecnologia;
- Fraudes;
- Legal; e
- Reputacional.

O limite de apetite para cada categoria do risco operacional foi estabelecido pela Administração por meio da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Financeira, o qual é periodicamente monitorado pela Diretoria.

Risco de liquidez

É definido como a possibilidade da Financeira não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação periódica, com base em fluxos de caixa projetados e informações contábeis e gerenciais.

Risco socioambiental

Define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. As características dos produtos e das operações da Financeira são de baixo impacto socioambiental.

Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. A Financeira não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

27 Patrimônio de referência exigido

A instituição optante pela metodologia simplificada de que trata a Resolução CMN 4.606, de 19 de outubro de 2017, deve manter, permanentemente, montante de PR_{S5} em valor superior ao requerimento mínimo exigido.

Requerimento mínimo de PR_{S5} conforme artigo 12 da Resolução CMN 4.606/2017

Período	Percentual
Até 30 de abril de 2020	17%
De 1º de maio de 2020 à 30 de abril de 2021	15%
De 1º de maio de 2021 à 31 de outubro de 2021	15,5%
De 1º de novembro de 2021 à 30 de abril de 2022	16,25%
A partir de 1º de maio de 2022	17%

		30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR _{S5})	a	75.561	86.617
RWA _{ROSimp} (Risco Operacional)	b	46.795	49.376
RWA _{RCSimp} (Risco de Crédito)	c	154.847	156.252
RWA _{Simp} (b + c)	d	201.642	205.628
PR _{S5} mínimo exigido (d x 17% em 06/2022 e 16,25% em 12/2021)	e	34.279	33.415
Suficiência (insuficiência) de capital (a - e)		41.282	53.203
Índice de Basileia BACEN (a / d)		37,47%	42,12%
Razão mínima (Basileia / Bacen)		17%	16,25%

* * *

Diretoria

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente

Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente

Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro

João Carlos Pereira - Diretor de Contabilidade, Gerenciamento de Riscos, Capital e Conformidade

Sergio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável

José Gilberto Beal - Contador
CRC (PR) 035187/O - 7